

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de planejamento, viabilidade, segurança e higiene do trabalho e de fiscalização de obras, julgue os itens a seguir.

- 51 Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em matéria de segurança e saúde no trabalho, a fiscalização da qualidade dos equipamentos de proteção individual (EPI).
- 52 A fiscalização de obras públicas deve ser realizada por servidores do órgão ou da entidade da administração pública contratante, sendo inadmissível a contratação de terceiros para esse fim.
- 53 O recebimento provisório da obra pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização não exige o contratado de corrigir defeitos resultantes da execução ou de materiais empregados, desde que esse seja devidamente remunerado pelos serviços de correção executados, de acordo com os preços constantes do contrato.
- 54 Uma análise socioeconômica, inclusive na fase de estudos de viabilidade, permite que se avaliem as melhorias e os possíveis malefícios advindos da implantação de uma obra.
- 55 Os recursos orçamentários que venham a assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de uma obra pública devem ser previstos de acordo com o cronograma físico-financeiro do projeto de engenharia.

Julgue os próximos itens, referentes à avaliação de custos e à legislação ambiental.

- 56 A redução dos limites de uma unidade de conservação pode ser feita com autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mediante a realização de estudo de impacto ambiental (EIA) e do respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).
- 57 No orçamento referencial, há necessidade da anotação de responsabilidade técnica (ART) dos profissionais responsáveis pela elaboração do orçamento-base para a licitação de uma obra pública.
- 58 É dispensável o licenciamento de serviços de utilidade de pequeno impacto ambiental, a exemplo da transmissão de energia elétrica, desde que seja definida a responsabilidade legal pelos respectivos conselhos de meio ambiente.
- 59 Durante o processo de obtenção da licença de instalação, caso o empreendimento já possua licença prévia, é defeso ao órgão ambiental competente, em decorrência da análise de projetos e documentos, solicitar complementações de estudos ambientais já realizados.
- 60 A extração, sem prévia autorização, de pedras ou areias, ainda que localizadas em florestas de domínio público, configura crime ambiental.

	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4
atividade A	100.000	100.000		
atividade B		175.000	175.000	
atividade C		100.000	100.000	100.000
atividade D			50.000	50.000
atividade E				50.000
total	100.000	375.000	325.000	200.000
acumulado	100.000	475.000	800.000	1.000.000

Na tabela mostrada, que representa um cronograma físico-financeiro anexado ao contrato de uma obra pública, cuja previsão de execução era de quatro meses, os valores estão em reais, e as atividades indicam serviços que deveriam ser executados. No início do quarto mês de execução, as atividades D e E haviam sido antecipadas e o boletim de medição registrava uma medição acumulada de R\$ 800.000. Os três primeiros meses haviam sido medidos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, a respeito de cronograma de execução de obras públicas.

- 61 Para concluir essa obra antes do prazo, a contratada poderia antecipar o cronograma de execução sem autorização da fiscalização.
- 62 Ainda que as atividades D e E tenham sido antecipadas, é correto afirmar que a previsão de entrega da obra em questão não foi cumprida.
- 63 Caso haja atraso da fiscalização em emitir a ordem de serviço, o prazo de execução da obra poderá ser afetado diretamente, o que justificaria uma possível dilação de cronograma.
- 64 Nessa situação, alterações no cronograma físico-financeiro, desde que justificadas pela contratada, dispensam o aditivo contratual caso o prazo de execução da obra seja mantido.

Espaço livre

Durante a construção de um edifício, o engenheiro responsável pela obra determinou que o encarregado lubrificasse as armaduras de espera dos pilares para que elas não se oxidassem com a exposição à chuva e ao sol. Além disso, para garantir a qualidade do concreto transportado por carrinhos de mão, o engenheiro proibiu a utilização de carrinhos com roda metálica, permitindo apenas o transporte com rodas pneumáticas. As peças foram desenformadas, mas o fiscal só aceitou o serviço depois que a construtora reparou as imperfeições apresentadas na superfície das vigas e pilares.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 65 O engenheiro, na referida situação, agiu corretamente ao recomendar a utilização do carrinho de mão com rodas pneumáticas.
- 66 Pequenas cavidades, falhas ou imperfeições que eventualmente aparecerem nas superfícies de vigas e pilares após o processo de desenformar as peças poderão ser reparadas, não sendo motivo para demolição e nova concretagem das peças de concreto.
- 67 Na situação em questão, a lubrificação das armaduras de espera dos pilares contribuiu para a manutenção da seção mínima das barras de aço, visto que tal procedimento evita a perda de resistência à tração devido à oxidação.

Na manutenção predial de um edifício público, o engenheiro responsável, após verificar que os parafusos das vigas metálicas da estrutura do prédio, em determinados pontos, frequentemente ficavam frouxos e que, em determinado ponto de solda de uma viga, existia uma trinca, determinou a recuperação da trinca e registrou no plano de manutenção preventiva o aumento do número de verificações e apertos nos parafusos que apresentavam o referido problema.

Nessa situação,

- 68 a recuperação da trinca é um procedimento correto. Entretanto, caso seja verificado o frequente aparecimento dessas trincas na mesma região, é justificável uma avaliação estrutural e possível reforço da peça.

O engenheiro responsável pela elaboração das especificações técnicas que compõem o projeto básico da obra de reforma de um edifício público definiu que o piso do saguão de entrada do prédio deveria ser executado em porcelanato da marca X ou equivalente; e, como as paredes dos banheiros não estavam no escopo da reforma e encontravam-se fora de esquadro, especificou que o piso cerâmico a ser trocado deveria ser assentado na diagonal.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 69 O piso do banheiro deverá ser especificado, sendo colocado em paralelo às paredes, pois o assentamento em diagonal, além de consumir mais material, destaca o erro de esquadro das paredes.
- 70 Caso a construtora deseje aplicar um piso PEI-5 no saguão do prédio, a fiscalização deverá recusar, pois, apesar de ter a mesma solicitação de uso, esse tipo de piso não tem o mesmo desempenho técnico que o porcelanato.

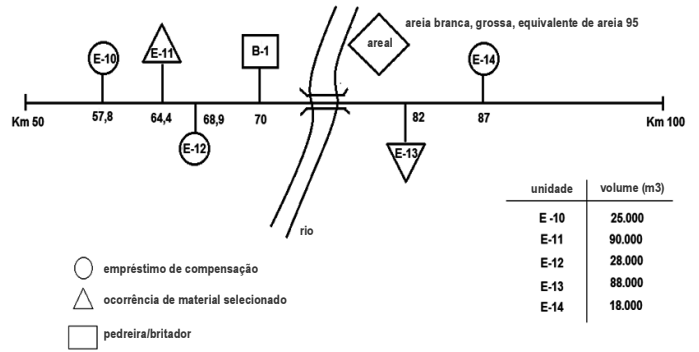


Figura I

n.º e ou denominação		jazida E-11										
localização		estaca 720 - LE - margem km 64,4										
utilização:												
registro n.º												
furo n.º		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
granulometria	peneiramento - % passando	de	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
		A	400	400	400	400	400	400	400	400	400	400
		2"	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		1"	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		3/8"	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		Nº 4	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		Nº 10	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		Nº 40	59	61	60	58	62	63	61	63	60	64
	Nº 200	18	22	21	19	20	20	21	18	20	23	
faixa do DNER		F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	
L.L		NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	
I.P		NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	
E.A												
I.G												
classif. H.R.B		A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	A-2,4	
AASHO inter. 20 golpes	dens. máxima	1960	1947	1641	1969	1952	1978	1950	1955	1886	1974	
	umid. ótima	9,4	8,9	9,6	9,0	10,6	10,0	10,5	10,2	9,4	9,8	
	I.S.C	36	37	42	45	38	34	41	37	43	39	
	expansão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Figura II – resumo dos ensaios da jazida E-11

n.º e ou denominação		jazida E-13										
localização		estaca 1600 - LD a 0,6 km (km 82)										
utilização:												
registro n.º												
furo n.º		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
granulometria	peneiramento - % passando	de	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
		A	160	160	160	170	170	150	150	160	170	150
		2"	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		1"	91	92	89	99	90	96	93	91	90	93
		3/8"	69	65	60	63	67	69	66	61	64	65
		Nº 4	58	50	44	58	55	54	59	55	58	57
		Nº 10	54	53	49	50	51	55	57	59	58	53
		Nº 40	47	40	47	49	46	44	42	45	46	49
	Nº 200	30	36	33	39	34	37	34	32	31	36	
faixa do DNER		FF	FF	FF	FF	FF	FF	FF	FF	FF	FF	
L.L		46	42	45	49	44	43	45	46	40	42	
I.P		13	9	8	13	10	16	19	14	10	9	
E.A												
I.G		0,5	0,2	0,0	1,7	0,0	1,8	1,7	0,7	0,0	0,2	
classif. H.R.B		A-2,7	A-5	A-2,5	A-7,5	A-2,5	A-7,6	A-2,7	A-2,4	A-5		
AASHO inter. 20 golpes	dens. máxima	1880	1889	1887	1853	1850	1845	1832	1899	1847	1862	
	umid. ótima	14,3	14,9	14,5	14,3	16,8	16,6	16,9	15,3	16,8	15,2	
	I.S.C	47	45	38	33	37	37	33	36	39	41	
	expansão	0,0	0,4	0,2	1,6	0,2	1,8	0,4	0,2	0,0	0,6	

Figura III – resumo dos ensaios da jazida E-13

peneiras		faixas	
		Porcentagem em massa, passando	
ABNT	mm	A	B
1"	25,4	–	100
¾"	19,1	–	90 – 100
½"	12,7	–	20 – 55
3/8"	9,5	100	0 – 15
n.º 4	4,8	85 – 100	0 – 5
n.º 10	2,0	10 – 40	–
n.º 200	0,075	0 – 2	0 – 2

Figura IV – ensaio de granulometria do material pétreo

O diagrama da figura I representa, esquematicamente, as ocorrências de materiais de um projeto hipotético de uma rodovia federal, de extensão de 50 km, cujo número  $N$  de projeto é  $1,5 \times 10^3$ . Foi projetado um pavimento com sub-base, base e revestimento de tratamento superficial duplo com capa selante. Para a sub-base serão utilizados os materiais selecionados das jazidas E-11 e E-13, cujos ensaios geotécnicos são apresentados, respectivamente, nas figuras II e III. A pedra fornece brita granítica. Para o tratamento superficial duplo, estão sendo produzidas duas faixas granulométricas de material pétreo, conforme a tabela da figura IV.

Com base nas informações e nos dados apresentados, julgue os itens a seguir.

- 71 Para a execução de tratamento superficial duplo, a fim de garantir melhor envolvimento dos agregados pelo ligante, deve-se utilizar a faixa A, obtida no ensaio de granulometria, na primeira camada, e a faixa B na segunda camada.
- 72 O material da jazida E-11 pode ser empregado na sub-base *in natura*; já o material da jazida E-13 deve ser empregado com adição de areia ou brita, para que haja diminuição da plasticidade e da expansão, desde que observadas as condições específicas relacionadas às faixas granulométricas.
- 73 A falta de informação acerca do desgaste Los Angeles não prejudica o projeto, a execução e a performance do pavimento, visto que a maior parte da estabilidade do tratamento superficial por penetração simples deve-se à adesão conferida pelo ligante entre o agregado e o substrato, sendo secundária a contribuição dada pelo entrosamento das partículas.
- 74 O revestimento de tratamento superficial duplo com capa selante não é recomendado para o número  $N$  desse projeto, já que não apresenta desempenho suficiente para suportar os esforços repetidos de tração na flexão, correspondente ao tráfego.

Julgue os itens subsecutivos, acerca da metodologia e dos critérios adotados para o cálculo dos custos unitários de insumos e serviços, que são necessários à execução das obras de construção, restauração e sinalização rodoviária e dos serviços de conservação rodoviária.

- 75 O custo horário de um equipamento é a soma dos custos de propriedade, manutenção e operação referidos à unidade de tempo.
- 76 A desoneração da folha de pagamento reduz os encargos sociais sobre a mão de obra; no entanto eleva o percentual de bonificações e despesas indiretas (BDI) pela inclusão da contribuição previdenciária sobre renda bruta na parcela destinada aos tributos, que incide, como os demais tributos, sobre o preço de venda.
- 77 O valor divulgado para a mão de obra, no Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (SICRO), é resultado de pesquisa desse custo, na qual foram envolvidos os sindicatos regionais que representam as categorias profissionais. Essa representação acontece por meio da referência aos salários mínimos e à taxa de encargos trabalhistas acordados com os sindicatos na capital, sendo acompanhados os dissídios profissionais que poderão alterar o padrão de remuneração da mão de obra registrada no sistema.

Espaço livre

estaca	volume (m <sup>3</sup> )	estaca	volume (m <sup>3</sup> )	estaca	volume (m <sup>3</sup> )
0	1.000	70	400	142	700
10	1.400	80	400	149	1.100
20	1.600	90	600	150	1.200
30	1.600	100	700	160	1.450
40	1.400	105	700	170	1.500
50	1.100	110	700	180	1.450
52	1.000	120	500	190	1.300
58	700	130	450	200	1.100
60	600	140	600	-	-

Figura I

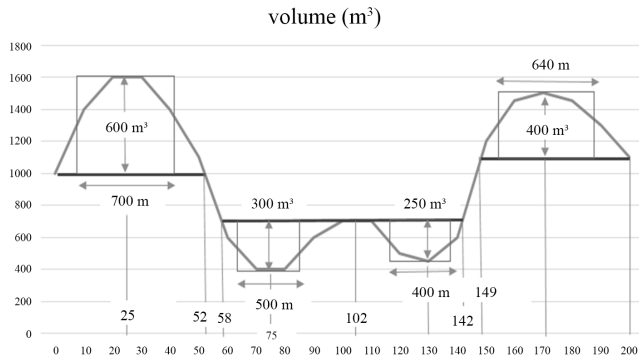


Figura II

Em um projeto de terraplanagem, a distribuição de materiais dos cortes pelos aterros seguiu as ordenadas da curva de Brückner, apresentada na figura I.

Na distribuição de terras, admitiu-se que a DMT máxima é de 1.000 m, e que só há local para empréstimo ou bota-fora no meio do trecho. Com o intuito de se obter o menor custo, a linha de compensação foi dividida em três segmentos, na forma da distribuição apresentada na figura II.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 78 A distribuição elaborada, dos materiais escavados, apresentou um volume de empréstimo de 300 m<sup>3</sup> e um volume de bota-fora de 400 m<sup>3</sup>.
- 79 A partir do perfil esquemático do terreno, verifica-se que serão executados três cortes e dois aterros.
- 80 O maior corte, localizado entre as estacas 0 e 52, tem volume de 600 m<sup>3</sup> e o maior aterro, entre as estacas 58 e 100, tem volume de 300 m<sup>3</sup>.

Com relação a obras e atividades portuárias, julgue os itens subsequentes.

- 81 Em função dos tipos de navio que devem atender, os cais podem ser contínuos ou descontínuos; os cais descontínuos são destinados à atracação de navios de carga geral.
- 82 As obras de acostagem são dimensionadas em função de fatores como a movimentação de cargas e passageiros, os tipos de equipamentos para movimentação, os impactos de atracação de embarcações, as ações de ventos, de ondas, de correntes e os empuxos de terra e hidrostáticos. Quanto ao arranjo estrutural, os cais podem ser de paramento fechado ou aberto.

Foi concluído o sistema de abastecimento de água de uma cidade que conta com seis meses de estação chuvosa e outros seis de estação seca. As vazões e a demanda estão representadas no hidrograma anual, na figura I.

Para reduzir a variabilidade temporal da vazão e viabilizar a captação de água bruta durante o ano todo, foi construída uma barragem de concreto, com vertedor do tipo Creager, sem extravasor controlado. A barragem foi construída em um vale estreito, encaixado em um maciço rochoso fraturado (figura II). Na construção, houve necessidade de desmonte de rocha por meio de explosivos. Na sequência, houve a concretagem do dissipador e do maciço da barragem (vertedor Creager). O reservatório foi projetado para reservar a quantidade de água necessária para fazer frente ao consumo nos meses de estiagem. A barragem é representada esquematicamente na figura III.

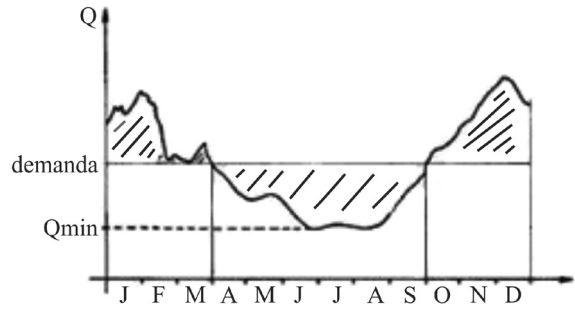


Figura I



Figura II

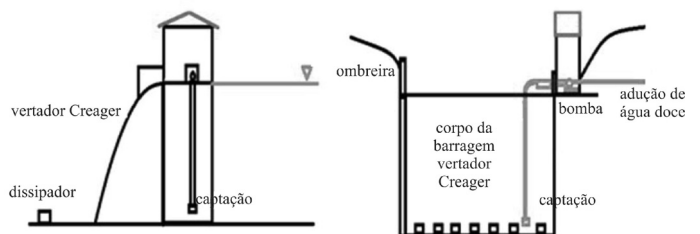


Figura III

Após a inauguração e entrada em operação da barragem e da estação de captação, verificou-se que, nos períodos de estiagem, a barragem não reservava o volume projetado. A perda do volume era rápida, o que obrigou as autoridades locais a instituírem o racionamento na cidade.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 83 Para o dimensionamento da vazão na rede de distribuição da cidade, devem ser considerados os coeficientes do dia e da hora de maior consumo.
- 84 A disponibilidade hídrica superficial da bacia hidrográfica em estudo pode ser determinada por meio da curva de permanência de vazões que hierarquiza as vazões em ordem de grandeza em função da ordem cronológica de suas ocorrências, privilegiando a correlação entre vazões.
- 85 O fato de a barragem não possuir extravasor controlado, por exemplo, por meio de comporta, impede que o reservatório exerça a função de amortecer ou atenuar cheias, o que restringe seu emprego à regularização da vazão para controle nos períodos de estiagem.
- 86 A rápida perda de volume observada pode ter como causa a fuga de água pela fundação, permeável em face da existência de fraturas no maciço rochoso. O diagnóstico pode ser feito por meio de sondagens rotativas e análise ecográfica, e o tratamento consiste na injeção de calda de cimento, ou de bentonita, ou ainda de aditivos químicos.

No que se refere aos sistemas de esgotamento sanitário, julgue os itens a seguir.

- 87 No Brasil, adota-se o sistema de separador absoluto, destinado a coletar e transportar águas residuárias domésticas e industriais, veiculado em sistema independente, não sendo admitida a introdução de águas de outras origens como águas de infiltração e águas pluviais.
- 88 Projetos de redes de esgoto devem considerar a possibilidade de autolimpeza, que ocorre em função da tensão trativa, que é a componente tangencial do peso do líquido sobre a unidade de área da parede do coletor, atuando sobre o material sedimentado, promovendo seu arraste, desde que presente a associação de uma velocidade mínima com uma mínima relação de enchimento da seção do tubo.

Julgue os próximos itens, relativos a projetos de irrigação, operação e manutenção de perímetros irrigados.

- 89 A lâmina líquida é a quantidade de água (em altura) disponível no solo que será realmente utilizada pela planta; é função direta da diferença entre a capacidade de campo e a umidade crítica e da profundidade efetiva do sistema radicular da planta.
- 90 Na microaspersão, a água é levada até o pé da planta ou a um cocho úmido por uma extensa rede de tubulação fixa e de baixa pressão; a liberação da água para o solo é feita pontualmente por gotejadores, na forma de gotas e em vazões reduzidas.

No que se refere aos atos administrativos, aos agentes públicos, aos poderes administrativos e ao disposto na Lei Complementar Estadual n.º 122/1994, julgue os itens a seguir.

- 91 Os dispositivos da lei em apreço relacionados ao instituto da reintegração poderão ser aplicados, no que couber, ao estagiário demitido por falta grave e reintegrado.
- 92 Com base no princípio da supremacia do interesse público, a administração poderá, discricionariamente, negar a concessão de licença para o exercício de determinada atividade, ainda que preenchidos os requisitos legais.
- 93 É vedada a imposição de quaisquer outros requisitos ao acesso a cargos públicos que não os constantes na Constituição Federal de 1988.
- 94 Um agente público poderá ser responsabilizado por abuso de poder ainda que atue em conformidade com os limites legais e regulamentares de sua competência.

Acerca do regime jurídico-administrativo, da organização administrativa e dos dispositivos relacionados à licitação, julgue os itens que se seguem.

- 95 A existência de mais de uma alternativa para a contratação de determinado serviço, por si só, não descaracteriza a inviabilidade de competição para efeitos de contratação direta por inexigibilidade de licitação.
- 96 **Situação hipotética:** Um edital de licitação estabeleceu margem de preferência para a contratação de serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. **Assertiva:** Nesse caso, com base no que dispõe a Lei n.º 8.666/1993, o referido edital deverá ser impugnado sob o argumento de ofensa à isonomia dos licitantes.
- 97 As prerrogativas do poder público sobre os particulares, decorrentes da supremacia do interesse público, são integralmente afastadas quando a administração, eventualmente, se nivela, sob algum aspecto, a entidade sob regime de direito privado.
- 98 **Situação hipotética:** Foi constatado um superfaturamento para a realização de concurso público para a contratação de empregados de uma sociedade de economia mista. **Assertiva:** Nessa situação, ainda que possuísse personalidade jurídica de direito privado, a referida sociedade estaria sujeita ao controle pelo respectivo tribunal de contas.

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

- 99** A localização do gasto na estrutura programática da União poderá ser de abrangência nacional, no exterior, por região, por estado ou por município.
- 100** A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- 101** O princípio do equilíbrio orçamentário deixará de ser observado, caso um crédito adicional seja aberto sem a indicação da fonte de recursos necessária à cobertura da despesa.
- 102** O orçamento fiscal poderá destinar recursos para despesas operacionais e de manutenção de empresas públicas e sociedades de economia mista com participação governamental no capital social.

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 103** O código de classificação por fonte de recursos é de utilização exclusiva na classificação da receita pública.
- 104** A descentralização de créditos orçamentários ocorre durante o estágio de fixação da despesa pública.
- 105** Se houver necessidade de alteração orçamentária qualitativa, os instrumentos que devem ser utilizados para essa finalidade são os créditos especiais e os extraordinários.

Com base nas normas fundamentais instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

- 106** Se determinada instituição financeira contratar operação de crédito com determinado estado da Federação sem exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação será considerada nula.
- 107** O resultado dos fluxos financeiros deve ser apurado pelo regime de caixa.
- 108** Na apuração da receita corrente líquida, devem ser excluídos os períodos referentes a exercícios financeiros já encerrados.

Com relação a técnicas, procedimentos e relatórios de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 109** Entre as evidências buscadas pelo auditor para chegar a conclusões fundamentadas, é possível citar as indicações financeiras como reveladoras de possíveis riscos à continuidade, como, por exemplo, substituição da prática de pagamentos a vista por transações a crédito com os fornecedores.
- 110** Entre as operações que devem merecer a atenção dos profissionais e das organizações contábeis, por configurarem indícios da ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro, incluem-se aquelas que, aparentemente, não resultem das atividades usuais do cliente ou do seu ramo de negócio.

**111** O auditor deverá atentar para situações associadas ao aumento de risco de erros ou fraudes, como, por exemplo, uma elevada rotação do pessoal-chave nas áreas contábil, financeira e de auditoria interna, ou mudanças frequentes de auditores e advogados.

**112** A infringência a leis e regulamentos, detectada pelo auditor e não corrigida ou comunicada pela organização prestadora de serviços, e passível de afetar entidades usuárias, não autoriza o auditor a comunicar os fatos aos órgãos reguladores ou fiscalizadores.

Com referência aos programas de auditoria aplicáveis aos diversos grupos de contas, julgue os itens subsequentes.

**113** No teste de enquadramento do empregado em função compatível com sua formação profissional, o auditor deverá verificar se o cargo desse empregado é compatível com a sua lotação e com a sua escolaridade.

**114** Em um exame para verificação de possíveis passivos omitidos, dois meses após o encerramento do balanço, será correto o auditor convencer-se da existência de omissões, caso ele constate que, embora as compras tenham sido realizadas com vencimento para trinta dias, várias faturas remanescentes do exercício anterior tenham permanecido em aberto.

Acerca das diretrizes legais e doutrinárias relativas aos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

**115** Cabe aos sistemas de controle interno de cada um dos poderes prestar informações ao Poder Legislativo quando da constatação de irregularidades ou ilegalidades.

**116** Todas as competências dos tribunais de contas são compulsoriamente partilhadas com os demais órgãos integrantes do controle externo.

**117** As entidades fiscalizadoras superiores devem evitar envolvimento com a gestão das organizações a serem auditadas.

De acordo com as normas relativas especificamente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), julgue os itens que se seguem.

**118** Caso determinada entidade preste serviço de interesse público e receba contribuições especiais de natureza parafiscal pelo serviço prestado, os responsáveis pela entidade estarão sujeitos à jurisdição do TCE/RN.

**119** Na prestação de contas que o TCE/RN deve fazer anualmente à Assembleia Legislativa do estado, deverão estar incluídos os relatórios trimestral e anual de suas atividades, bem como suas demonstrações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

**120** Cabe ao TCE/RN julgar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado.